

Cobbank Múltiplo Digital do Brasil Intermediação Financeira Ltda.

CNPJ nº 36.740.414/0001-02 – NIRE 35.630.557.518
Instrumento Particular de Alteração de Sociedade

Pelo presente instrumento particular de alteração, a parte adiante designada e qualificada, a saber: **Master Cred Intermediação Financeira Ltda.**, com sede na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Andar 7º, Sala 701, Conj 5710, Alphaville, Santana de Parnaíba - SP, CEP: 06.541.038, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.750.242/0001-26, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 35232343470 em 11/10/2018, representada por seu procurador **Ângelo Nelson Leite**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.974.031 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 914.345.728-20, domiciliado a Avenida Yojiro Takaoka, nº 4384, Andar 7º, Sala 701, Conj 5710, Alphaville, Santana de Parnaíba - SP, CEP: 06.541.038. Na qualidade de sócia da Sociedade Ltda. que gira sob a denominação de **Cobbank Múltiplo Digital do Brasil Intermediação Financeira Ltda.**, com sede Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2369, conjunto 1102, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP: 01452-000. Inscrita sob o **CNPJ 36.740.414/0001-02**, devidamente registrada na Junta Comercial do estado de São Paulo sob o **NIRE 35.630.557.518**, resolve por esta forma de direito, alterar o contrato de constituição de acordo com as seguintes cláusulas e condições abaixo enunciadas: **Capítulo I - Alteração da Natureza Jurídica da Empresa:** **Cláusula Primeira:** Altera-se neste ato a natureza jurídica da empresa, transformando-a do tipo jurídico de empresa de Sociedade Empresária Limitada - Ltda (206-2), para Sociedade Anônima Fechada - S.A. (205-4), com alteração da denominação social, e com designação de nome fantasia. **Cláusula Segunda** - Em decorrência da deliberação acima, a sociedade passará a revestir-se na forma de Sociedade Anônima Fechada (205-4), na forma da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.'s), adotando a nova denominação de **4 Ever Bank Múltiplo Garantias S/A**, sendo a referida sociedade denominada Companhia, e nome fantasia **4 Ever Bank**. **Capítulo II - Entrada de Novo Sócio, Cláusula Quarta** - Passa a integrar o quadro societário da empresa a **Goiania Investimentos S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.320.266/0001-48, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG sob o NIRE 52.300.046.564, com sede na Avenida Portugal, nº 1148, Setor Marista, Goiânia/GO, CEP: 74150-030, representada neste ato por seu diretor Sr. **Ângelo Nelson Leite**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9.974.031 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 914.345.728-20. **Capítulo III - Conversão das Quotas de Capital Social em Ações, Cláusula Quinta** - Ainda em decorrência da deliberação tomada no item I acima, as 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas representativas do capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios **Goiania Investimentos S.A.** e **Master Cred Intermediação Financeira Ltda.**, converte-se em 150.000 (cento e cinquenta mil) ações. **Parágrafo Primeiro.** Com isso, o capital social ficou assim dividido, após os mencionados atos: **Sócio: Goiania Investimentos S/A: %: 99%; Ações Subscritas: 148.500; Valor: R\$ 148.500,00. Sócio: Master Cred Intermediação Financeira Ltda.: %: 1%; Ações Subscritas: 1.500; Valor: R\$1.500,00. Total da %: 100. % Total das Ações Subscritas: 150.000. Total do Valor: R\$150.000,00.** **Capítulo IV - Alteração da Forma de Administração e Eleição de Diretoria, Cláusula Sexta** - Retira-se da sociedade na condição de Administradora a Sra. **Perola Monteiro Negro**. **Cláusula Sétima** - Altera-se a forma de administração para que esteja de acordo com a legislação vigente, para tanto elege e nomeia, nos termos do Estatuto Social ora aprovado (Anexo 1), como membro da Diretoria, para um mandato de 3 (três) anos, que se estenderá até a investidura do seu substituto eleito em Assembleia Geral, ficando desde já investido dos poderes nos termos da Lei e do Estatuto Social, para o cargo de **Diretor Presidente**, o Sr. **Weder Ernesto Mative**. **Cláusula Oitava** - Declara o Diretor Presidente, ora nomeado e sob as penas da Lei, não estarem impedidos por Lei Especial de exercerem cargos de conselheiro de administração, bem como não estão sujeitos à pena que vede, ainda que temporariamente, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade em virtude de qualquer condenação criminal ou administrativa. **Cláusula Nona** - Toma o Diretor Presidente eleito, posse de seu cargo nesta data, mediante a assinatura do seu Termo de Posse, na forma do Anexo II, que será oportunamente transcrito no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Cláusula Décima** - Decide o Diretor eleito a não fixar nenhuma remuneração neste ato. **Cláusula Décima Primeira** - Decide o Diretor eleito a não instalar um Conselho Fiscal neste ato. **Capítulo V - Aprovação do Estatuto Social e Boletim de Subscrição das Ações, Cláusula Décima Segunda** - Aprovam nesta data a alteração do Contrato Social para Estatuto Social, bem como o Boletim de subscrição de todas as ações, na forma do Anexo III. **Capítulo VI - Do Objeto Social, Cláusula Décima terceira** - A sociedade passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: *CNAE 66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito; CNAE 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; CNAE 64.99-9/99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 66.19-3/99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 64.63-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings; CNAE 74.90-1/04 - Atividades de intermediação e agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.* **Capítulo VII - Quitação da Administração Anterior, Cláusula Décima Quarta** - A Sociedade e os sócios, dão neste ato, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação com relação aos direitos e obrigações decorrentes da relação havida na administração anterior, declarando nada ter a reclamar um do outro a qualquer título ou pretexto. **Capítulo VIII - Deliberações Finais:** Estando assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 3 (três) vias de igual teor. *São Paulo, 06 de novembro de 2024.* **Acionistas presentes: Goiania Investimentos S.A.** Neste ato representada por: **Ângelo Nelson Leite; Master Cred Intermediação Financeira Ltda.,** Neste ato representada por: **Ângelo Nelson Leite. Diretor Eleito: Weder Ernesto Mative. Advogada Responsável: Riley Mateus dos Santos OAB/SP nº 424.696.** JUCESP/NIRE nº 3530065660-1. JUCESP nº 46.413/25-0 em 30/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral /em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo De Duração, Artigo 1º - 4 Ever Bank Múltiplo Garantias S.A. *é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.'s."), e suas alterações posteriores.* **Artigo 2º** - A Sociedade tem sua sede e foro à Avenida Brigadeiro Faria Uma, 2369, conjunto 1102, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP: 01452-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filial e escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Capítulo II - Objeto Social, Artigo 3º** - O objeto social da sociedade será: *CNAE 66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito; CNAE 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; CNAE 64.99-9/99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 66.19-3/99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; CNAE 64.63-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings; CNAE 74.90-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários. §1º. Atuar como instituição de meios e arranjos de pagamentos, podendo realizar toda e qualquer transação de pagamento, abrangendo o ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos, de gerir contas de pagamento e de emitir instrumentos de pagamentos, independentemente e de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador (pessoa natural ou jurídica que autoriza a transação de pagamento) e o recebedor (pessoa natural ou jurídica que e o destinatário final dos recursos de uma transação de pagamento), prestar serviços relacionados à solução, coleta, identificação e repasse de pagamentos, incluindo, mas não se limitando a aqueles realizados por intermédio da Internet, bem como quaisquer outros arranjos de pagamento permitidos pela regulamentação aplicável; §2º *Concessão de garantias contra riscos:* a) Em contratos próprios com terceiros; b) Em contratos de terceiros com a administração pública, na forma do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, (a) através de caução em títulos da dívida pública emitidos mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, & ou, (b) pela caução de títulos da dívida pública com emissão direta, previstos no parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 10.179/2001 (com exceção de títulos da Dívida Agrária "TDA") c) Em contratos entre terceiros, respaldadas numa das seguintes formas previstas na legislação brasileira Art. 66 §3º da Lei 4728/65 c/c Art. 18 da Lei 9514/97, artigos 294, 300 §1º a 311 da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), artigos 333, inciso III, 805, 818 a 839 e 1.400 da Lei 10.406/2002 (Código Civil). §3º A Sociedade poderá promover a aquisição de direitos creditórios tributários para pagamento (próprios ou de terceiros) de débitos federais, estaduais e municipais; bem como promover a compra e venda de precatórios e ou títulos públicos, a fim de garantir as operações contratuais de terceiros que estejam subordinadas a Lei 8.666/93, a aquisição de direitos creditórios privados e as atividades de intermediação de negócios voltados a espaldar a sociedade na atividade de prestação de serviços de garantias fidejussórias, a partir de ativos adquiridos e ou disponibilizados por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas. §4º A Sociedade poderá também participar como sócia de outras Sociedades, na qualidade de consta, acionista, coligada ou de outra forma legalmente admissível na legislação. §5º Para efeito de compreensão quanto a natureza dos instrumentos a serem emitidos pela Sociedade e os seus significados: §6º Para a concessão de garantias a terceiros, a Sociedade deverá em considerar os requisitos de ordem objetiva, partir da concepção de qualquer espécie de contrato (público e privado), tendo, todavia, a natureza assessoria em relação a obrigação principal e a possibilidade de ser objeto de garantia de eventual dívida Futura; e de ordem subjetiva, pela possibilidade de a Sociedade exercer a livre disposição de seus bens e direitos o em de prestar garantias, devendo ainda os Instrumentos de Garantia que vierem a ser emitidos pela Sociedade em favor de terceiros, impor o caráter oneroso aos mesmos. §7º **REAL:** Garantias emitidas em respaldo de obrigações contratuais ou processuais de terceiros, e que confirmam ao(s) Beneficiário(s) / Credor(es) o direito de se fazer pagar, com prioridade ou preferência, no caso de inadimplência do(s) Garantido(s) / Afiado(s) / Devedor(es), através de lastro(s) vinculado(s) ao(s) respectivo(s) instrumentos(s) (mobiliários ou imobiliários, tangíveis ou intangíveis, oferecidos pelo Garantidora ou por terceiros solidários/subsidiários e/ou associados). §8º **FIDEJUSSÓRIA:** ou caução fidejussória, por meio da qual a Sociedade garante com o seu patrimônio líquido e penhorável, o adimplemento de uma ou mais obrigações contraídas por terceiros caso ele não o faça. O núcleo deste importante instituto jurídico e a disponibilidade do patrimônio da sociedade em favor do(s) beneficiário(s) / (credor(es) e/ou do juiz(s) processantes) e não a natureza institucional da Sociedade - Se corporação bancária ou se de outra natureza corporativa. **Capítulo III - Capital Social e Ações: Artigo 4º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, *é de R\$ 150.000,00* (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembleia Geral. **Artigo 5º.** Os acionistas, na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações. §1º. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação no Diário Oficial, da ata de autorização do respectivo aumento ou do competente aviso. A Assembleia Geral que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado, até o dobro. §2º. *Nos aumentos de capital*, mediante subscrição de ações ou conversão nestas de títulos ou créditos, a Assembleia Geral poderá estabelecer que às novas emitidas sejam atribuídos dividendos calculados "pro rata temporis", tendo em vista a época de aprovação do aumento de capital, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados. **Artigo 6º.** Os certificados representativos das ações serão sempre assinado pelos Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Sociedade emitir títulos múltiplos ou cautelas. **Artigo 7º.** O montante a ser pago pela Sociedade a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo IV - Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 8º** - As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 9º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 10º** - As Assembleias Gerais de Acionistas, ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas por qualquer Acionista ou pelo Diretor Presidente e serão presididas por um dos Acionistas indicados entre os presentes, que, por sua vez, deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. **Capítulo V - Administração da Sociedade, Artigo 11º** - A administração da Sociedade compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. §2º - A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição a seus membros. **Capítulo VI - Diretoria: Artigo 12º** - A Diretoria será composta por 01 (um) Diretor, Acionista ou não, residente no país, eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um Parágrafo Único - Na caso de vacância de cargo de Diretor Presidente, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) dias, contados da vacância. **Artigo 13º** - Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social; ou a) Isoladamente por um procurador devidamente constituído pela sociedade. **Artigo 14º** - O Diretor Presidente terá poderes específicos para: a) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; b) Coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas; e) Supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; d) Convocar a Assembleia Geral de Acionistas. § 1º. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. **Artigo 15º** - Observadas as disposições contidas no presente Estatuto Social, a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, compete, obrigatoriamente ao Diretor Presidente. Parágrafo único. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. **Artigo 16º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionária que e envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossas ou quaisquer outros garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 17º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, sempre que o interesse social assim exigir, senda as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de desempate. **Capítulo VII - Conselho Fiscal: Artigo 18º** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado, mediante deliberação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 19º** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e par igual número de suplentes, efeitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandata previstos em lei. Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Capítulo VIII - Exercício Social e Lucros: Artigo 20º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. §1º - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 596 (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 2096 (vinete por cento) do capital social. §2º - *Os Acionistas têm direito a um dividendo não cumulativo de pelo menos 2596 (vinete e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.* §3º - *O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.* §4º - *A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.* §5º - *Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio e a compor o dividendo mínimo obrigatório.* **Capítulo IX - Foro: Artigo 21º** - A Sociedade, seus acionistas e administradores comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, especialmente aquelas relacionadas à aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e respectivos efeitos das disposições deste Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, pelo Foro da Comarca de São Paulo/SP. **Capítulo X - Liquidação: Artigo 22º** - A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Capítulo XI - Acordo de Acionistas: Artigo 23º** - A Companhia observará o(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) em sua sede e que esteja(m) em vigor na data da deliberação aplicável, pelo que fica vedado, (i) aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou da administração, acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida com o que tiver sido ajustado no referido acordo; e (ii) à Companhia, aceitar proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado no acordo de acionistas. Em caso de dúvidas sobre o disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, deverá prevalecer o estabelecido no Acordo de Acionistas. **Capítulo XII - Disposições Gerais:** Artigo 249 - As omissões deste Estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações, em especial a Lei das S.A.'s. Confere com o original lançado no livro próprio.*

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

